

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - N° 241 - Brasília, sexta-feira, 7 de junho de 1996

Simon quer ouvir Olacyr sobre oferta de terras ao Incra

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) quer saber por que o produtor rural brasileiro de maior prestígio no mundo, proprietário de uma fazenda-modelo, a Itamaraty, quer vender 200 mil hectares de terras ao Incra, para assentamentos de reforma agrária. E, também, por que ele aceita trocar metade da sua fazenda por Títulos da Dívida Agrária (TDAs). Simon sugeriu à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que convoque o industrial Olacyr de Moraes, dono da fazenda, para que preste esses esclarecimentos ao Senado.



Na sessão em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente, os senadores defenderam o desenvolvimento sustentável, cobrar

am harmonia nas ações em favor da preservação dos recursos naturais e apontaram os riscos da urbanização acelerada. Páginas 4 e 5

Senado já votou 207 matérias neste ano

Somente em maio foram apreciadas 53 matérias, entre elas exigência de licitação para obras do Sivam e julgamento de militar pela Justiça comum

Na opinião do senador, a oferta ao Incra é um fato dramático:

- Se o proprietário quer vender uma fazenda de tal porte é porque não



Pedro Simon

vale mais a pena produzir. Por outro lado, "moedas podres" como os TDAs passam a ter seu valor de face nos leilões de privatização.

Na opinião do senador, entre a fazenda e o banco, Olacyr de Moraes prefere ficar com o banco porque, para superar as dificuldades que esse negócio possa ter, existe o Proer.

Bombeiros fazem vistoria no Anexo I

O Corpo de Bombeiros faz hoje uma vistoria no Anexo I do Senado, a partir das 10h, para elaborar um laudo sobre as condições de segurança. Cerca de 1.200 homens estarão envolvidos no trabalho. Os servidores devem trabalhar normalmente durante a vistoria.

O plenário do Senado apreciou 53 matérias em maio, perfazendo um total de 207 neste ano, desde o início da sessão legislativa ordinária, em 15 de fevereiro. Os senadores aprovaram, no mês passado, a exigência de licitação para as obras civis do Sivam e a determinação de julgamento, pela Justiça comum, dos crimes dolosos cometidos por militares.

Ao aprovar a autorização para que o governo tome US\$ 1,4 bilhão em financiamentos para o Sivam, o plenário ressaltou a necessidade de licitação para as obras civis e de prévio compromisso de sigilo das empresas fornecedoras de radares e demais equipamentos, destinado a garantir a propriedade exclusiva do software desenvolvido para o projeto.

Os senadores enviaram à Câmara proposta aprovada pelo plenário determinando

que os inquéritos policiais-militares relativos a crimes dolosos contra a vida, uma vez ouvido o Ministério Público, sejam encaminhados para julgamento pela Justiça comum.

Ainda no mês de maio, o Senado alterou a composição do Conselho de Comunicação Social para aumentar o número de representantes da sociedade civil; a flexibilização do resseguro; a proibição do exercício de atividade político-partidária por membros do Ministério Público; alterações no

Crédito Educativo para aumentar o aporte de recursos e regulamentação da assistência judiciária aos menores.

Também foram encaminhados pelo plenário do Senado à promulgação, no mês de maio, cinco acordos internacionais, três concessões de rádio e televisão e doze operações de crédito. Nove projetos foram enviados à apreciação da Câmara dos Deputados, enquanto três autoridades e chefes de missões diplomáticas tiveram seus nomes aprovados.

O QUE FOI APRECIADO EM 96 (de 15 de fevereiro a 31 de maio)

Projetos aprovados e enviados à sanção	19
Projetos aprovados e enviados à promulgação	87
Projetos aprovados e enviados à Câmara	40
Mensagens de escolha de autoridades e embaixadores	23
Recurso aprovado	1
Total de matérias aprovadas	170
Total de matérias enviadas ao arquivo	37
Total de matérias apreciadas	207

Plenário reconhece pioneirismo e inovação de Bloch

Presidente do Senado destaca a unidade dos pronunciamentos de representantes de todas as tendências em congratulação à emissora de TV que completa 13 anos de atuação

Na hora do expediente de quarta-feira dedicada a comemorar o décimo terceiro aniversário da Rede Manchete, o senador José Sarney (PMDB-AP) afirmou que a presidência do Senado se associava à homenagem prestada à empresa de comunicação que se vem sobressaindo pelo pioneirismo, inovação e profissionalismo.

Sarney destacou a unidade dos pronunciamentos de senadores de todas as tendências em congratulação à empresa aniversariante. Frisou que "falar da Rede Manchete é falar da figura de Adolpho Bloch, como jornalista e empresário que sempre acreditou no futuro do Brasil". Informou que o Senado prestou homenagem a Bloch em vida e após seu falecimento.



Na presidência da sessão, Sarney destaca o papel de Bloch como homem que sempre acreditou no País

O presidente do Senado agradeceu a presença do vice-presidente da Rede Manchete, Carlos Sigelman, e dos jornalistas Murilo Melo Filho, Carlos Chagas, Ronaldo Vidigal e Sérgio Rossi.

AGRADECIMENTO

Em nome da Rede Manchete, o jornalista Murilo Melo Filho agradeceu a comemoração e disse que a empresa homenageada marca-se pela filosofia de otimismo e de con-

fiança nos destinos do País. Para ele, imprensa e políticos enfrentam o desafio de "construir nos próximos 20 anos a nação que os povos desenvolvidos gastaram 200 anos para realizar".

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA A PRÓXIMA SEMANA

PLENÁRIO

Terça-feira (11.06.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Substituto do Senado ao PLC nº 104/92, que define e pune contravenção penal referente a condutas atentatórias contra o patrimônio público e privado; e *Substituto do Senado ao PLC nº 232/93, que inclui os incisos X e XI no art. 4º da Lei nº 8.389/91, que institui o Conselho de Comunicação Social.

Quarta-feira (12.06.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 1/96, que dá nova redação ao inciso II do art. 192 da Constituição Federal; *PLC nº 96/94, que altera a Lei nº 7.998/90, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o abono salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); *Mensagens nºs 146, 153, 166 e 167/96, que submetem à deliberação do Senado nomes de diplomatas.

Quinta-feira (13.06.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: *Substituto da Câmara ao PLS nº 57/91, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico em turismo; *PLC nº 28/96, que dispõe sobre a transferência de oficiais entre os diversos corpos e quadros de oficiais da Marinha; *PLS nº 138/95, que cria a área de livre comércio no município de Cabelado, no estado da Paraíba; *PLS nº 296/95, que altera dispositivos da Lei nº 6.494/77, estendendo o direito à participação em atividades de estágio; e *PLS nº 313/95, que regulamenta o uso da língua vernácula para denominações de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços e dos seus produtos.

COMISSÕES

Terça-feira (11.06.96)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 123/95

(não terminativo), que altera dispositivos da Lei nº 8.436/92, que institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes; *PLS nº 229/95 (não terminativo), que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e Drenagem; *PLC nº 198/93 (não terminativo), que agrava a mora salarial da empresa na reincidência; *PLS nº 99/95 - Complementar (não terminativo), que dispõe sobre o preenchimento dos cargos de presidente e de diretor do Banco Central do Brasil; *PLS nº 230/95 (terminativo), que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - *factoring*; *PLC nº 119/95 (não terminativo), que redireciona recursos do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae; e *PLS nº 198/95 (terminativo), que proíbe o uso de substâncias anabolizantes, naturais ou artificiais, com a finalidade de aumento de massa corporal em animais de abates. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

Quarta-feira (12.06.96)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (extraordinária)

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 33/95 (terminativo), que acrescenta parágrafos ao art. 20 da Lei nº 5.682/71 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos); *PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição Federal que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País; *PEC nº 64/95, que trata da ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho e do cumprimento das obrigações trabalhistas do empregador para com o empregado rural; *PEC nº 41/95, que revoga o dispositivo que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano; *PEC nº 53/95, que dispõe sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; e *PEC nº 44/95, que trata do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural; e *PLS nº 190/95 (terminativo), que define o crime de tortura, nos termos do art. 5º, incisos III e XLIII, da Constituição Federal. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - CPI do trabalho de crianças e adolescentes

Pauta: Reunião de trabalho. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

Quinta-feira (13.06.96)

9h - Comissão Especial do Código de Trânsito Brasileiro

Pauta: Votação do relatório final. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Indefinida. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

Requião exalta Manchete como opção

Senador elogia qualidade da programação da TV em seus treze anos de existência, considerando-a o empreendimento mais ousado do fundador Adolpho Bloch



Eduardo Suplicy

Suplicy destaca jornalismo isento e imparcial da TV

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) enalteceu a independência do jornalismo veiculado pela TV Manchete, dizendo que sua maior característica é o constante esforço pela "isenção e imparcialidade". Na cerimônia de homenagem pelo décimo terceiro aniversário daquela emissora, o parlamentar disse que seu partido, sempre preocupado com a hipótese de redes de televisão privilegiarem alguns partidos em prejuízo de outros, não tem reparos a fazer à programação da Manchete.

Disse que o jornal daquela emissora abre seu espaço para todos os pontos de vista, sendo este "um fato de grande relevância e importância para o progresso da democracia em nosso país". E ressaltou como é importante para o regime democrático o funcionamento de diversas redes de televisão. Na homenagem à emissora, Suplicy celebrou também a memória de Adolpho Bloch, "seu pioneirismo e vontade de acertar, que tem caracterizado, ao longo desses anos, o trabalho da TV Manchete, seja na programação jornalística, seja na programação cultural".

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse quarta-feira que a Rede Manchete contribuiu de "modo brilhante e incontestável" para a pluralidade de opções de que dispõe o telespectador brasileiro. Roberto Requião destacou a qualidade da programação da TV Manchete nos treze anos de sua existência, principalmente o jornalismo e as telenovelas.

- A Rede Manchete, com cinco estações próprias e 42 emissoras filiadas, desde 1983 leva a milhões de lares espalhados por todo o Brasil uma



Roberto Requião

programação com excelente qualidade técnica e notável significação cultural - disse ele.

O senador lembrou que este é o primeiro aniversário que a emissora comemora sem a presença de seu idealizador e criador, Adolpho Bloch.

- A criação da TV Manchete, que mantém hoje uma presença de inestimável importância nas telecomunicações brasileiras, foi o empreendimento de maior vulto e o mais desafiante entre todos aqueles aos quais se lançou Bloch - declarou Requião.

Tuma reverencia memória do fundador

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) disse quarta-feira, ao destacar o décimo terceiro aniversário da Rede Manchete de Televisão, que essa emissora engrandece os meios de comunicação no Brasil. Segundo ele, saudar a Rede Manchete é homenagear a memória do seu fundador, Adolpho Bloch, um homem que o Brasil reconhece como desbravador, inovador e realizador.

- Refiro-me, com prazer, à TV Manchete, como novo

marco de sucesso numa caminhada de dificuldades e lutas, que continuam a ser superadas graças à influência dos ensinamentos legados pela capacidade intelectual e empresarial de Adolpho Bloch - declarou Romeu Tuma.



Romeu Tuma

O senador lamentou ainda o falecimento do jornalista e empresário Júlio de Mesquita Neto, diretor do *O Estado de S. Paulo*, ocorrido quarta-feira.



Francelino Pereira

Francelino aponta intenção de sempre promover o País

Em sua homenagem ao décimo terceiro aniversário da Rede Manchete, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) ressaltou o mérito de todos os que contribuíram para o sucesso do empreendimento, especialmente Adolpho Bloch. Assim como Juscelino Kubitschek, a tônica do comportamento de Bloch "também foi a de promover no País uma revolução de otimismo", disse.

Francelino lembrou a revista *Manchete* em seu auge, muito diferente, a seu ver, das revistas atuais, dedicadas a um "jornalismo de investigação bastante cruel, que toma a face do Brasil angustiante".

Benedita lembra grandiosidade de Pantanal

Ao discursar na homenagem prestada pelo Senado à TV Manchete, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) disse que a emissora inaugurou superproduções na teledramaturgia brasileira, como *A Marquesa de Santos*, *Dona Beja* e ainda a novela *Pantanal*, que em sua opinião foi "uma verdadeira explosão ecológica que deu início a uma nova fase da televisão brasileira". A senadora atribuiu a essa novela o lançamento para o mundo de imagens do Pantanal, elogiando a iniciativa de usar como cenário uma das mais belas regiões do planeta.

Cabral: "ele foi genial em seu tempo"

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM), em sua homenagem ao 13º ano da Rede Manchete, fez questão de concentrar-se na figura de Adolpho Bloch, que conheceu através de Murilo Melo Filho. "Ele não foi só grande para sua época, foi genial para seu tempo", afirmou o senador.

- A principal caracterís-

tica de Adolpho Bloch, afora ser um homem afável e um cidadão combatente, foi a de nunca ter feito da esperança um trãnsito para o desencanto - disse Cabral.

Ainda segundo o senador, Bloch foi um entusiasta da criação do Estado de Israel, mas sem qualquer fanatismo religioso.

Marina reclama mais ação no Dia Mundial do Meio Ambiente

Senadora considera que, apesar da injustiça social, País tem condições de defender na prática seu patrimônio natural



Joel de Hollanda

Hollanda considera que Brasil cresce de forma predatória

O processo de desenvolvimento ambiental brasileiro é predatório, na opinião do senador Joel de Hollanda (PFL-PE). Ele disse que uma política equivocada para o meio ambiente põe em risco os recursos naturais e a esperança de melhoria de vida. A seu ver, o desenvolvimento sustentável não é um conceito ingênuo, mas sim uma visão econômica que explora o meio ambiente de forma racional, o que implica a gestão adequada dos recursos e a adoção de tecnologias não poluentes.

- Hoje, as teses ambientalistas são largamente aceitas. Ninguém duvida da importância do papel do meio ambiente na conquista e na manutenção do desenvolvimento. Além disso, os ecologistas se deram conta de que os recursos naturais não vão acabar de uma hora para outra - disse Joel de Hollanda.

Para o senador, ser ecologicamente correto constitui uma imposição do mercado, ou seja, as empresas, pressionadas pelos consumidores, têm que produzir e vender, mas de modo que esse processo não destrua o meio ambiente. Joel de Hollanda informou que em junho entra em vigor o ISO 14000, uma espécie de "passaporte" para as mercadorias conseguirem mercado em uma economia cada vez mais globalizada.

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse quarta-feira, na sessão de homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente, que a luta pela preservação ambiental é tão grande que muitas vezes não a identificamos nas nossas ações enquanto cidadãos e autoridades. Segundo a senadora, em algumas oportunidades, os legisladores não estão de acordo com a questão da preservação, que fica perdida em ações, a seu ver, incoerentes.

A senadora lembrou que a questão ambiental não pode ser tratada de maneira dissociada da pessoa humana ou como alvo de predação.

- O Brasil não é um país pobre onde não se pode tratar de meio ambiente, para primeiro cuidar dos problemas sociais. O Brasil é um país rico em recursos genéticos, em potencial de matéria-prima, em dinheiro. A renda *per capita* é de US\$ 4 mil. O problema é que há uma distribuição de renda completamente injusta - afirmou Marina Silva.



Marina Silva: não bastam apenas as boas intenções

A senadora acha que o Dia Mundial do Meio Ambiente não pode ser apenas uma data comemorativa, cujas propostas caem no esquecimento ou na omissão em seguida.

- Minha experiência particular de vida na Amazônia me ensinou que não basta a pregação e a boa intenção. Não basta denunciar que os madeiros estão destruindo a floresta, que a pecuária expulsou as populações da região para as periferias da cidade, morrendo de fome, degradando-se socialmente, na prostituição ou nas drogas. É preciso dar-mos uma resposta prática a esses problemas - defendeu a

senadora.

Marina Silva disse que recentemente, em sua viagem à Itália, propôs aos empresários daquele país a utilização da borracha natural na fabricação de pneu, como uma forma de preservar o meio ambiente: "Se o primeiro mundo quer preservar, tem que assumir a sua parte".

A senadora informou ainda que será criada, em Xapuri (AC), uma fábrica de móveis, financiada pelos italianos, que através de intercâmbio mandará profissionais qualificados para treinar o pessoal da região para uma melhor utilização da madeira.

Osmar defende produção aliada à preservação ambiental

O senador Osmar Dias (PR) analisou, na sessão solene em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente, a questão ambiental sob o enfoque econômico, por entender que a produção de alimentos aumentará quando os recursos naturais forem menos devastados. "Creio ser o maior desafio das nações em desenvolvimento, para as décadas futuras, compatibilizar a preservação dos recursos naturais à alarmante necessidade de promover o aumento da oferta de alimentos, da ordem de 3% ao ano", disse o senador.

Osmar Dias defendeu a idéia de que os países mais ricos, que conquistam o de-



Osmar Dias

envolvimento devastando, devem financiar projetos de preservação dos recursos naturais. Ele disse que o Brasil deve fazer essa cobrança, também por proporcionar à humanidade riquezas naturais como as da Amazônia e da Mata

Atlântica.

Segundo o senador, é inadmissível se estabeleçam acordos comerciais ignorando que a demanda maior de competição e de aumento da produção não leva em conta a preocupação com o meio ambiente.

- Não dá mais para ignorar que, anualmente, oito milhões de hectares, em todo o mundo, deixam de ser plantados, em grande parte, devido ao desmatamento e a projetos de industrialização. Também não dá para ignorar que nós temos hoje um quarto da população mundial vivendo abaixo da linha da miséria - comentou Osmar Dias.

Emília mostra os riscos da urbanização

Previsão de que dois terços dos habitantes do mundo viverão nas cidades preocupa a senadora, que apóia políticas que garantam a fixação do homem em seus habitats naturais

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) chamou a atenção para a previsão divulgada na Conferência de Assentamentos Humanos - Habitat 2, da ONU, de que no ano 2025



Emília: nova política de desenvolvimento

dois terços dos oito bilhões de habitantes do mundo viverão em cidades, sendo que 17 dos maiores centros urbanos estarão localizados nas regiões mais pobres do planeta, sujeitas a condições de vida desumanas.

Emília Fernandes disse que as cidades estão sendo dramaticamente obrigadas a conviver com índices alarmantes de desemprego que, a cada dia, afastam milhares de pessoas do acesso às mínimas condições de vida, moradia, sa-

neamento básico, saúde e cidadania.

- Este é, sem dúvida, o grande dilema ambiental da humanidade neste final de século, que, somado à necessária preservação, controle e exploração racional e soberana das riquezas naturais, como a Floresta Amazônica, deve mobilizar os homens e mulheres sinceramente comprometidos com o futuro da espécie humana na face da Terra - disse a senadora.

Conforme dados do Re-

latório Global da Habitat 2 ressaltados por ela, dos 2,4 bilhões de pessoas que vivem em cidades, 500 milhões não têm moradia, outras 600 milhões, pelo menos, vivem em condições de risco de saúde e de vida, 250 milhões não têm acesso à água tratada e 400 milhões não têm esgoto.

- Por isso, neste momento, é fundamental promover cada vez mais a luta conjunta de todos os povos do mundo em favor de uma política de desenvolvimento econômico que integre plenamente o cidadão aos processos produtivos; fortaleça a fixação do homem em seus habitats naturais; e assegure distribuição de renda, adequadas condições de vida e acesso às novas tecnologias e à educação - concluiu Emília Fernandes.



Bernardo Cabral

Para Cabral, constituinte ajudou na preservação

Na sessão solene em comemoração ao Dia do Meio Ambiente, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) lembrou o trabalho dos constituintes de 1988, destacando que a Constituição brasileira tem o melhor capítulo mundial sobre o meio ambiente. Ele citou o *caput* do art. 225, segundo o qual "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

Segundo o senador, esse dispositivo atesta que não se pode tratar o meio ambiente como uma brincadeira e que ninguém pode se esquecer das responsabilidades que tem em relação a essa matéria. Cabral citou também o parágrafo 4º daquele artigo, que trata da conservação da Floresta Amazônica, do Pantanal Mato-Grossense, da Mata Atlântica, da Serra do Mar e da Zona Costeira.

Suassuna prevê novas disputas pelo controle de água escassa no mundo

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), ao encerrar a Sessão Especial do Senado em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente, que presidia, disse que no passado a humanidade não tinha consciência de que os recursos hídricos do planeta eram finitos.

- A constatação de que a falta de recursos renováveis agride o meio ambiente causou uma dolorosa surpresa nos dias de hoje. Na pequena Paraíba, os

recursos hídricos escassos já afetam o consumo humano e animal - observou o senador.

GUERRA

Suassuna elogiou os oradores que o antecederam e afirmou que pouco restava ao presidente da sessão acrescentar às intervenções dos senadores Marina Silva (PT-AC), Osmar Dias (PR), Emília Fernandes (PTB-RS) e Bernardo Cabral (PFL-



Suassuna: recursos hídricos finitos

AM).

Ao encerrar a sessão, Ney Suassuna lembrou a previsão de que as futuras guerras não se darão mais pela posse do petróleo e, sim, pela água.



Benedita da Silva

Benedita cobra prioridade para casas populares

Ao comentar os primeiros resultados da Conferência das Nações Unidas para Assentamentos Humanos - Habitat 2, realizada em Istambul, na Turquia, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) reivindicou "a democratização do espaço urbano brasileiro" e cobrou do governo prioridade para a construção de casas populares.

Benedita da Silva destacou que o líder comunitário carioca Francisco Siqueira Pedrosa foi chamado junto com a primeira-dama Ruth Cardoso, na abertura da Habitat 2, para entregar um dos 12 prêmios distribuídos pelas Nações Unidas, concedido à prefeitura de Fortaleza e à organização não-governamental GRET, que trabalharam em parceria na melhoria da qualidade de vida na capital cearense.

Para a senadora do Rio, o Brasil resolveria seus problemas de habitação se investisse no setor 3% do PIB, beneficiando 35 milhões de pessoas. Para que isso seja possível, no entanto, há necessidade de se definir claramente uma política do governo para habitação, com dotações e prazos determinados.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES), em aparte, ponderou que o Estado deve se preocupar também em melhorar a qualidade de vida no meio rural, reduzindo as transferências de famílias para as periferias pobres das cidades. A energia elétrica, na opinião de Camata, é o primeiro passo para melhorar a vida no setor rural

Senado aprova pesar pela morte de diretor de *O Estado de S. Paulo*

Parlamentares de diferentes partidos lembram a resistência de Júlio de Mesquita Neto à censura imposta pela ditadura militar de 64

O Senado aprovou quarta-feira requerimento de pesar pela morte do advogado e jornalista Júlio de Mesquita Neto, diretor responsável do jornal *O Estado de S. Paulo*, apresentado pelos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Romeu Tuma (PSL-SP), e subscrito pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). O presidente, José Sarney, indicou Antonio Carlos, Tuma, Suplicy e José Serra (PSDB-SP) para representarem o Senado nas homenagens póstumas ao jornalista.

Antonio Carlos Magalhães afirmou que Júlio de Mesquita Neto sempre lutou pelas grandes causas de São Paulo e

do país. "Corajoso, imprimiu uma linha editorial de imparcialidade no *O Estado de S. Paulo*. Foi um símbolo de coerência na imprensa brasileira." ACM lembrou que, por causa da oposição às arbitrariedades do Estado Novo, o jornal *O Estado de S. Paulo* foi fechado por mais de três anos.

PERSEGUIÇÃO

Eduardo Suplicy, ao encaminhar a votação do requerimento de pesar, lembrou os momentos dramáticos vividos pelo *Estadão* durante o Estado Novo. "Perseguido pela ditadura de Getúlio Vargas, o jornal esteve durante cinco anos sob a direção de interventores. Júlio de Mesquita Neto

teve de exilar-se na Argentina."

Já Romeu Tuma destacou o trabalho de Júlio de Mesquita para criar a Universidade de São Paulo. Lembrou que o *Estadão* e o *Jornal da Tarde* enfrentaram a ditadura militar dos anos 60 publicando versos de Camões e receitas culinárias.

Como vice-líder do PMDB, Ney Suassuna (PB) também lamentou a morte do jornalista. O presidente do Senado, José Sarney, também prestou homenagem a Júlio de Mesquita Neto, afirmando que ele "marcou uma linha em defesa da liberdade de imprensa como expressão maior do regime democrático".

Freitas Neto defende reajuste para os servidores públicos

O senador Freitas Neto (PFL-PI) afirmou quarta-feira que o governo alia intransigência e declarações confusas para negar qualquer reajuste de salários ao funcionalismo público.

"Não se trata de conceder o índice exigido pelo sindicato da categoria, mas fica extremamente difícil convencer quem quer que seja de que não há dinheiro para repor as perdas salariais do funcionalismo quando se sabe que o Tesouro está gastando recursos para salvar bancos falidos - disse Freitas Neto.

Na opinião do senador, a cada dia, integrantes da equipe governamental apresentam uma cifra diferente, o que transmitiria, ao público em geral, a impressão de fal-



Freitas Neto

ta de transparência. Freitas Neto lembrou que o ministro da Administração, Bresser Pereira, ao mesmo tempo em que afirma que os funcionários tiveram um aumento de 24%, sempre repete que os

baixos salários dificultam o recrutamento de quadros de alto nível para o serviço público.

Outra contradição ressaltada pelo senador foi a de que o Orçamento previa um reajuste compatível com o IPCr medido nos primeiros seis meses de 1995, índice que reajustou os salários do setor privado. Aprovado o Orçamento, os responsáveis por sua elaboração passaram a dizer que os recursos orçamentários não são suficientes nem para cobrir as despesas regulares.

Projeto aprovado prevê residência médico-veterinária

O plenário do Senado aprovou quarta-feira substitutivo a projeto de lei da Câmara que institui a residência médico-veterinária, nos moldes das já existentes na medicina e na odontologia. O substitutivo, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), também autoriza o Poder Executivo a criar a Comissão Nacional de Residência Médico-Veterinária.

O Senado também aprovou o texto do Acordo de Cooperação Comercial, Econômica e Industrial entre os governos do Brasil e da Turquia, celebrado em Brasília, em 10 de abril de 1995, por ocasião da visita do presidente Suleym Demirel. O acordo aprofunda relações bilaterais, sobretudo econômicas, que apresentaram um aumento substancial nos últimos anos. Entre 1988 e 1992, o intercâmbio comercial Brasil-Turquia registrou uma taxa média de crescimento de 10,2% ao ano.

Suassuna cobra fim das fraudes na área de saúde

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) conclamou os senadores a suprirem as falhas na fiscalização e supervisão do governo federal que vêm permitindo a ocorrência de fraudes gigantescas no setor de saúde e rombos bilionários nos fundos de pensões das empresas estatais. Argumentou que o parlamentar é "o olho do contribuinte" e por isso deve esforçar-se para evitar o desperdício de dinheiro público e a impunidade dos responsáveis pelas fraudes que minam a economia nacional.

Para Suassuna, como na economia não há milagres, o governo deve ter a coragem de privatizar tudo que for possível. Classificou de traumatizantes matérias divulgadas pela imprensa falando de prejuízos incalculáveis provocados por contas fraudulentas nas prestações de contas apresentadas pelos hospitais. "A grande maioria dos estabelecimentos de saúde apresenta maior número de atendimento médico do que permite sua capacidade operacional", informou, acrescentando ter havido casos de hospitais que cobraram dos cofres públicos despesas relativas ao tratamento de câncer em próstata de pacientes do sexo feminino.

Disse também o senador paraibano que "o rombo provocado pela má administração dos fundos de pensão das estatais deve ultrapassar em muito os R\$ 6 bilhões denunciados pela CPT", conforme teria informado o ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes.

Para Fogaça, ajuste fiscal exige maior participação da sociedade

Ele lembra que o economista Dornbusch afirmou, no governo Collor, que o Brasil estava atrasado em relação às reformas no México

O senador José Fogaça (PMDB-RS) afirmou em plenário que apóia a iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos de convidar o economista Rudiger Dornbusch, do Massachusetts Institute of Technology, para vir ao Senado, mas criticou a simplicidade com que ele propõe um ajuste fiscal para o Brasil.

- Compreendo as posições de Dornbusch, mas a diferença entre ele e nós é que queremos a participação da sociedade na realização do ajuste fiscal, disse o parlamentar. O Brasil não fará ajuste fiscal como se isso fosse uma troca de camisa, uma troca de gravata ou simplesmente tomar um gole d'água, disse o senador.

Fogaça explicou que um



Fogaça: ajuste implica mudanças cruciais

ajuste desse tipo implica mudanças cruciais em quase toda a legislação brasileira, a começar pela previdenciária, sendo essa questão uma parte integrante do Plano Real, não uma providência minimizada como supõe aquele economista. Na opinião de Fogaça, Dornbusch aponta a necessidade de ajuste fiscal "como se isso fosse mera

questão de decisão política".

O senador disse que não tem, em relação a Dornbusch, "nenhum entusiasmo", visto que foi esse mesmo economista quem, no governo Collor, disse que o Brasil estava atrasado em relação às reformas

que o México vinha fazendo.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que as recomendações desse economista sobre supervalorização do câmbio se assemelham ao que outros economistas brasileiros vêm dizendo, e devem ser vistas como um importante alerta.

Suplicy quer a coordenação de esforços para cobrança do ITR

Pregando a necessidade de coordenação de esforços entre União, estados e municípios para a cobrança do ITR (Imposto Territorial Rural), o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou dados da Receita Federal segundo os quais a tributação efetiva da propriedade rural no Brasil equivale a apenas 0,2% da arrecadação tributária federal. Afirmando que isso é injusto, ele também explicou que a participação dessa tributação no PIB (Produto Interno Bruto) atinge o inexpressivo índice de 0,00016%, taxa que não encontra valores semelhantes em nenhum lugar

do Planeta.

O parlamentar informou que, na Coréia do Sul, a tributação da terra alcança 12% do PIB, enquanto na Espanha e na Alemanha alcança 4%. Mencionando pesquisa do Ipea, ele também disse que, no período de 1990 a 1993, os maiores devedores do ITR acumularam dívida de R\$3 bilhões, e "mais grave que isso, sem cobrança do governo". Ele lastimou que a idéia da tributação rural como meio para o Brasil conseguir melhor distribuição da terra c, conseqüentemente, justiça social, historicamente, tem-se demonstrado ineficiente.

Suplicy entende que o extraordinário poder de influ-

ência dos grandes proprietários de terra impede que o ITR seja um instrumento de justiça fiscal e de incentivo à maior produtividade fundiária, razão pela qual ele prega uma rígida determinação política em sua cobrança. Isso, em sua opinião, até agora o governo de Fernando Henrique não conseguiu, visto que "o ITR tem-se tornado um verdadeiro tributo ao latifúndio". Em aparte, o senador José Fogaça (PMDB-RS) sugeriu que o ITR seja delegado na reforma tributária à ação dos estados, uma vez que a cobrança da União tem sido falha.

Elcio crê que eleições não impedirão reformas

Líder do governo desmente declaração a ele atribuída de que o Congresso votará este ano apenas a proposta da Previdência e acredita no apoio tanto do Senado quanto da Câmara



José Roberto Arruda

Arruda registra aniversário de cidades do DF

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) registrou em plenário o aniversário de 38 anos de Taguatinga e de 63 anos de Brazlândia, duas cidades-satélites de Brasília. Ele referiu-se à importância de Taguatinga para a região Centro-Oeste, visto que é a cidade economicamente mais importante do DF, sendo a maior geradora de empregos.

Segundo Arruda, com seus 250 mil habitantes, Taguatinga está entre as 20 maiores cidades do Brasil em crescimento econômico, sendo responsável por grande parte da arrecadação tributária do DF. O senador se disse um entusiasta da criação do pólo de desenvolvimento industrial de Taguatinga.

Referindo-se ao aniversário de Brazlândia, Arruda explicou que aquela cidade servia como parada para os viajantes que desbravavam o cerrado goiano, tornando-se cidade-satélite com a inauguração de Brasília.

O líder do governo no Senado, Elcio Alves (PFL-ES), negou quarta-feira ter dito que o Congresso não votaria nada além da emenda de reforma da Previdência, neste ano, em decorrência do pleito de 3 de outubro.

- Acredito que vamos votar todas as propostas de reforma, inclusive no período das eleições municipais, porque todos os senadores estão conscientes da importância que as modificações constitucionais representam para o País - disse ele.

- O Senado cresceu muito em sua atividade sob a presidência do senador José Sarney, e o coroamento desse trabalho seria fechar o ano votando to-

das as reformas.

O líder do governo disse não ter dúvidas de que, no que depender do Senado, todas as reformas serão votadas. Lembrou que os senadores não têm uma ligação muito direta como têm os deputados com o problema municipal.

- Os deputados, apesar de candidatos, convocados para votar matérias importantes, como são as reformas do presidente Fernando Henrique, vão comparecer. É evidente que terá que ser organizado um calen-

dário especial. No caso do Senado essa consciência é manifesta e hoje há um consenso na Casa de que nós temos uma posição importante na vida congressual de votar matérias.

PREVIDÊNCIA

Quanto à reforma da Previdência, que ainda está sendo votada na Câmara, Elcio afirmou que a sociedade sabe que, por orientação de Sarney, os senadores já estão desenvolvendo estudos comparativos. Para ele, o Senado viabilizará as reformas que a sociedade pede.



Elcio Alves

Carlos Wilson quer acabar com o IPC

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) apresentou projeto de lei que pretende extinguir o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC). Pelo projeto, ficam

respeitados os direitos adquiridos constituídos até a data da vigência da lei. Ainda segundo a proposta, as despesas decorrentes da lei serão cobertas com as receitas e o patrimônio do IPC, e, em caso de insuficiência de recursos do Instituto, de-



Carlos Wilson

verão ser custeadas, suplementarmente, pela União.

Carlos Wilson destacou, na justificativa do projeto, que a reforma da Previdência está enfrentando dificuldades porque o debate vem sendo mal conduzido e porque questões menores têm atrapalhado o seu exame adequado. Citou como exemplo disso "o tom altamente acalorado que ganhou o debate de um dos aspectos menores dessa reforma, a questão da aposentadoria parlamentar,

assegurada a deputados federais e senadores pelo IPC".

Para Carlos Wilson, a discussão sobre o IPC é alimentada pela revolta contra a injustiça que o confronto isolado de dois números muito desiguais provoca: "a má comparação entre as aposentadorias parlamentares e o valor médio da aposentadoria do brasileiro - de valor irrisório - é que tem dado o tom da polêmica, sem que quaisquer outros elementos, todos imprescindíveis ao correto exame da questão, sejam levados em consideração".

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Jílio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal